

ENTRE A NOTÍCIA E O COMENTÁRIO: A SUBJETIVIDADE NO DISCURSO JORNALÍSTICO

Mercia Pimentel

Universidade Federal de Alagoas

Rossana Gaia

Instituto Federal de Alagoas

Introdução

Este artigo discute o conceito de neutralidade jornalística nas chamadas de notícias sobre os protestos contra a reorganização das escolas públicas de São Paulo, um acontecimento que remonta a 2015. Para isso, foram analisadas sequências discursivas extraídas das falas de sujeitos âncoras do jornalismo televisivo brasileiro sobre esse processo de reorganização escolar. Como referencial teórico e metodológico, utilizou-se a Análise do Discurso francesa calcada nos estudos de Pêcheux e a teoria sobre gêneros jornalísticos. Os resultados apresentados sinalizam para uma simbiose entre informação e opinião presente nas chamadas noticiosas, de modo a sustentar o posicionamento do sujeito jornalista conforme delineamento ideológico dos grupos de poder.

É sabido que o acesso à informação integra o cotidiano das pessoas. No caso da ocupação de 114 escolas por estudantes do Ensino Médio e do Ensino Fundamental, em 2015, em São Paulo, Brasil, verificou-se, via ambiente midiático, que gerou conflitos e embates político-ideológicos com repercussão nacional e internacional. De outubro a dezembro daquele ano, os principais veículos jornalísticos fizeram uma cobertura ampliada dos acontecimentos, com repercussões em diversas notícias sobre o assunto.

O movimento dos estudantes teve por meta impedir o fechamento de 94 escolas públicas e discutir a proposta de governo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) para segmentar as escolas estaduais em três grupos, o que levaria ao fechamento de várias unidades (MACIEL, 2015). A educação é um sistema complexo que implica

objetivos sócio-políticos historicamente demarcados e seus objetos só se complementam quando os processos formativos favorecem o acesso ao conhecimento crítico (ORLANDI, 2015).

A memória histórica recente dos movimentos de ocupação remonta a 2011, quando ocorreram términos de períodos ditatoriais em países do Norte da África; greves trabalhistas na Espanha e na Grécia, revoltas em áreas dos subúrbios londrinos e no Chile; ocupações na Rússia e no centro nervoso financeiro do mundo, a região da Wall Street. Em todos esses lugares, constatou-se uma metodologia similar: “ocupações de praças, uso de redes de comunicação alternativas e articulações políticas que recusavam o espaço institucional tradicional” (CARNEIRO, 2012, p. 8).

Ao desconsiderar também o espaço midiático convencional, esses movimentos alteraram a forma de construção das notícias sobre seus propósitos e verificou-se uma ressignificação desta técnica jornalística, pois elencos semânticos opinativos passaram a ter ênfase que até então estavam restritos formalmente a textos assinadas por colaboradores (artigos, crônicas, testemunhos etc.) ou pela própria empresa (editoriais, charges etc.).

O jornalismo, na perspectiva da semântica do discurso, se apropria da linguagem para expressar ideias e conceitos e seu uso tanto gera significados quanto provoca relações e reações, assim várias modalidades como escrita, oralidade, símbolos, gestos, expressões faciais, fotos etc. integram aspectos relevantes para quem lê, ouve e vê notícias (OLIVEIRA, 2012). Considerando a linguagem enquanto sistema fundamental para a vida em sociedade, no capitalismo, as mídias atuam como espaço de reforços das ideias de grupos elitistas. Seja em notícias sobre escola ou sobre interesses dos trabalhadores, as fontes são demarcadas por vozes conceitualmente referenciadas pela autoridade no campo e configuram formas refinadas de violência simbólica (BOURDIEU, 2015).

Considerando a perspectiva teórica do discurso, múltiplas ideologias passaram a circular sobre o assunto da ocupação das escolas, de modo que se constituiu uma nova forma de narrativa jornalística, impregnada por adjetivações que reforçaram a ideia que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (ORLANDI, 1996, p. 13). Essa foi a principal motivação para este estudo: pensar

questões elementares para fomentar o debate acerca do Ocupe, em São Paulo, que implica, por si só, reflexões sobre o discurso jornalístico e sobre a educação como elemento de transformação.

Nesse sentido, um termo relevante, convocado posteriormente, em 2016, por ambientes midiáticos, foi o da polêmica noção de “escola livre”, em formato de lei que determinou o veto aos professores no estado de Alagoas, no Brasil, sobre posicionamentos em sala de aula que envolvessem política, ideologia e religião. Um ano depois, a corte máxima brasileira, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a suspensão da citada lei estadual, considerada inconstitucional. A palavra “livre” é polêmica justamente por ser complexa, polissêmica e genérica. Do ponto de vista da memória discursiva, convoca o debate francês sobre escola pública, no sentido de assegurar a liberdade laica e, portanto, a diversidade de estabelecimentos e ideias, algo caro no processo civilizatório e inversamente oposto ao que foi indicado na lei alagoana (PONTES, 2017; KRIEG-PLANQUE, 2010).

Uma das armadilhas desse tipo de vocabulário é a construção de “dicionários” distintos para grupos diversos e cujos significados são atribuídos de acordo com interesses específicos. Assim, “livre”, conceitualmente compreendida como proposta democrática, passaria a se inserir como vocábulo que longe de ampliar debate propõe restrição de ideias e punição aos que se posicionam. Ou seja, nas dobras deste tipo de discurso se escondem interesses, propósitos e metas que não se pretendem apreensíveis, sendo tarefa de analistas a investigação acerca dessas complexidades (KRIEG-PLANQUE, 2010). É característico do discurso o encontro e o confronto de sentidos, assim são essas contradições que possibilitam a interpretação e análise (GREGOLIN, 2003)

Neste estudo, investigamos precisamente o discurso jornalístico e que, por ser um tipo de conhecimento, conforme indica Morin (2011, p. 10), “opera por seleção de dados significativos e rejeição de dados não significativos: separa (distingue ou disjunta) e une (associa, identifica); hierarquiza (o principal, o secundário) e centraliza (em função de um núcleo de noções-chave)”. Isso significa que no processo de elaboração da notícia é inevitável definir operadores subjetivos que ficam no interior da linguagem estruturada como neutra, os quais submergem apenas nos lapsos.

As questões emblemáticas para um campo que se define como objetivo seriam: quais os dados selecionados e inseridos na notícia, quais os dados excluídos e silenciados, quais as informações prioritárias e quais as consideradas de segundo plano, qual o campo lexical selecionado e, por fim, qual a valência das palavras elencadas? A organização desses paradigmas sistematiza a forma como a maioria das pessoas vai articular a informação recebida e, portanto, está no âmbito do processo formador de opinião a partir da impossibilidade de compreensão das totalidades. Por ser um pensamento complexo, o discurso jornalístico se apropria das técnicas anteriores sob alegação de que reduzirá indicadores de incertezas, de ambiguidade e de desordem (MORIN, 2011).

1. Simbiose entre notícia e comentário no discurso jornalístico

O discurso jornalístico se identifica com uma Formação Discursiva (FD), assim o que pode e deve ser dito está relacionado a questões que envolvem o nome dos proprietários da empresa, os agentes publicitários e suas cotas mensais, o perfil do público leitor, telespectador ou ouvinte. A complexidade se amplia porque dentro dessa FD de uma determinada notícia pode se estruturar uma contraidentificação (SILVA, 2016). A notícia é a matéria-prima do jornalismo (AMARAL, 1977), sendo considerada um bem público. Este gênero informativo consiste, em tese, no “relato puro e simples do que ocorre de significativo em todos os domínios do pensamento e da atividade humana”, ou seja, a notícia é a transformação dos fatos em materialidade textual dirigida a uma coletividade (BELTRÃO, 2006, p. 81).

É nessa operação de transpor os acontecimentos em notícias que opera a subjetividade do jornalista, que interpretará os fatos e as fontes a partir de um direcionamento ideológico, pois “não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências” (HENRY, 1997, p. 47). O discurso jornalístico apresenta características particulares e neste tipo de materialidade o mais relevante é o efeito de sentido da objetividade, daí a opção pela narrativa em terceira pessoa com ênfase nos verbos dicendi ou de dizer ou declarativos (indicar, ressaltar, declarar, enfatizar,

destacar, observar, dizer, comentar, falar, etc.). A perspectiva de objetividade e a base da argumentação sobre a verdade jornalística se desmontaria com argumentos em primeira pessoa (FIORIN, 2015).

Nesse sentido, os elementos de noticiabilidade são determinantes na transformação do fato em notícia e são especificados com base nos seguintes critérios: o grau de ineditismo, a proximidade com o leitor, o interesse pessoal e humano, a proeminência dos sujeitos, o impacto que a informação poderá causar etc. (ERBOLATO, 2006). Destaque-se ainda que o profissional jornalista sofre várias pressões no processo de elaboração textual, em qualquer meio no qual atue, sendo relevantes: (i) o tempo; (ii) as publicidades; (iii) as idiossincrasias da vida pessoal (FIORIN, 2015). Todos esses aspectos afetam o processo técnico de elaboração da notícia, determina o que pode ou não ser dito, espaço no qual atuam diferentes formações discursivas (FDs).

No caso específico do ineditismo, característica elementar da notícia, a Teoria da Informação preconiza que o alto grau de informações de um texto advém de sua imprevisibilidade, ou seja, “a quantidade da informação é função de sua probabilidade”. Em outras palavras, quanto menos esperado for o conteúdo de um texto noticioso, mais informativo ele será (VANOYE, 2002, p. 14). A noção de ineditismo é emparelhada à objetividade, ainda que “o ponto de vista do sujeito vai estar marcado por substantivos, adjetivos, etc.”, ou seja: um lugar enunciativo marcadamente pessoal (FIORIN, 2015).

No quesito estrutura, a notícia costuma seguir o padrão da pirâmide invertida, sendo iniciada pela informação mais importante e as de menor relevância aparecem diluídas ao longo dos demais parágrafos. Aqui reside uma das questões principais: a seleção do mais importante ocorre em qual perspectiva? O primeiro e o segundo parágrafos da notícia são chamados, respectivamente, de lide e sublide, são as sínteses do relato noticioso. Neles, geralmente estão contidas respostas às seguintes questões: o quê, quem, como, onde, quando e por quê. A forma como as notícias são escritas é geradora de um simulacro de objetividade, cujo efeito causado é o de que não há interferência do sujeito na materialização da escrita jornalística.

A própria separação dos gêneros jornalísticos em opinativos e informativos favorece a ilusão de que notícias não veiculam opiniões e co-

mentários não apresentam viés informativo. Na realidade, a estrutura argumentativa, o estilo e a função do texto aliados à predominância de informação ou de opinião caracterizam dado gênero, mas não tira dele a possibilidade de moldar-se a contextos enunciativos. Bakhtin (2003) já registrara que os gêneros são tipos “relativamente estáveis” de enunciados, elaborados pelas diversas esferas da atividade humana.

Se em 2015, as notícias sobre a reorganização das escolas paulistas se destacaram como evento discursivo; em 2017, pode-se indicar a cobertura sobre a greve geral (uma expressão reconhecida e histórica no campo do trabalho) convocada por centrais sindicais em abril, no Brasil, como destaque. Naquele momento, ambientes midiáticos como O Globo e Estadão silenciaram e ressignificaram o léxico greve com valência negativa: baderna, pessoas impedidas de ir e vir, brigas, bloqueios em estradas, protesto, violência, etc.

Contraditoriamente, a cobertura internacional sobre o mesmo evento destacou outro enfoque. A Folha de S. Paulo, ainda que tenha utilizado a palavra (greve) compartilhou a mesma lógica semântica, vinculando-a a conflitos. Assim, enquanto a cobertura brasileira silenciou o fato vinculando-a a uma atividade egoísta que impedia a população de acessar serviços e manter sua rotina, empresas como New York Times, Le Monde, BBC e El País definiram em outro polo, com ênfase no embate político, ao destacar o embate ideológico e denominá-la assim: greve, greve histórica, greve geral.

Em estudo sobre as greves e manifestações ocorridas na França, em novembro e dezembro de 1995, acerca de mudanças relativas à aposentadoria do funcionalismo público, constatou-se no léxico dos governantes o silenciamento sobre a palavra negociação (*négociation*), substituída pelas fontes governamentais por diálogo (*dialogue*), reuniões de trabalho e/ou acordo (*concertation*). A polêmica acerca do interdito desta mesma palavra foi constatada mais recentemente em episódio sobre imigrantes, reativando a memória discursiva no jornalismo francês (KRIEGE-PLANQUE, 2010).

A seleção da fonte jornalística, ou seja, a quem será destinado falar e, portanto, representar a sociedade e construir um argumento, já indica a posição assumida pela empresa midiática. Assim, a palavra greve desdobra-se em sentidos divergentes quando interpretada por uma lide-

rança dos trabalhadores ou por um representante dos empresários. Não há inocência nessa seleção, pois “quando falamos do sentido da palavra estamos falando do sentido da sociedade” (BACCEGA, 2015, p. 122).

Tradicional no jornalismo norte-americano, no qual surgiu nos anos 1950, o gênero comentário foi introduzido tardiamente no Brasil para atender a uma exigência da “mutação jornalística” (MARQUES DE MELO, 1985, p. 85). Devido ao excesso de informações e à velocidade na produção e circulação de notícias decorrentes do mundo contemporâneo, o comentário funciona, em tese, como um elemento de orientação para o cidadão frente aos acontecimentos.

A atuação do comentarista – função geralmente ocupada por um jornalista experiente – vai além do conhecimento das ocorrências, pois este profissional deve estar munido de subsídios suficientes para avaliá-las, seja positiva ou negativamente. “Trata-se de um observador privilegiado, que tem condições para descobrir certas tramas que envolvem os acontecimentos e oferecê-las à compreensão do público” (MARQUES DE MELO, 1985, p. 112), sendo fundamental no processo de construção de uma narrativa possível para um evento discursivo, capaz de ofertar uma posição a partir da opinião publicada.

A opinião pública é um fenômeno da época moderna e “pressupõe uma sociedade civil distinta do Estado, uma sociedade livre e articulada”, o que exige formação de grupos para garantir opiniões de pessoas interessadas na política, ainda que não desenvolvam uma ação política imediata (BOBBIO, 2000, p. 842). Sobre a questão, Bourdieu (1983) já alertara, em 1972, que a opinião pública é uma fabricação e que difere da opinião publicada. Ainda que a reflexão esteja relacionada às publicações sobre pesquisa de opinião, torna-se indispensável quando se pensa acerca da opinião no jornalismo, de um modo ampliado, em todos os gêneros, além dos opinativos.

Enquanto o gênero editorial veicula a opinião da empresa jornalística, o comentário reproduz a apreciação valorativa de profissionais da imprensa, mas não enquanto categoria. Essas opiniões do sujeito jornalista estão fundamentadas em sua experiência de vida, valores culturais, orientação ideológica, nas suas filiações sócio-históricas. Geralmente, os comentários versam sobre fatos marcantes ou sobre algum aspecto da conjuntura social, mantendo relação com a atualidade.

O comentário acompanha uma notícia e, nesse aspecto, exige “[...] muita argúcia no sentido de evitar prognósticos não confirmáveis” (MARQUES DE MELO, 1985, p. 115). Apesar dessa tentativa de controle, o sujeito não tem domínio sobre o que pensa e o que diz, já que essas noções são borradas através da ilusão discursiva que se reflete nos dois tipos de esquecimentos teorizados por Pêcheux (2007). O esquecimento nº 1 é da ordem do inconsciente. Nele, o sujeito se imagina fonte do seu dizer, quando na verdade está restrito aos limites da formação social. Já o esquecimento nº 2 diz respeito ao fato de o sujeito ter a ilusão de ser mestre absoluto de sua fala, pensando ter controle sobre os sentidos do discurso. “Em outras palavras, o sujeito não é livre para dizer o que quer, mas é levado, sem que tenha consciência disso [...], a ocupar seu lugar em determinada formação social e enunciar o que lhe é possível a partir do lugar que ocupa [...]” (MUSSALIM, 2006, p. 110).

Assim, sendo fruto de uma conjuntura sócio-histórica, o sujeito jornalista enuncia a partir de um lugar social, seja na produção da notícia ou de qualquer outro texto. Ainda que o jornalismo tente sustentar o argumento de um discurso neutro e isento, a enunciação se manifesta de várias formas, mas sobretudo a partir do campo lexical. Nesse sentido, sustentar “alguém invadiu um prédio desocupado é diferente de afirmar que alguém ocupou um prédio vazio” (FIORIN, 2015, p. 58). Ou ainda, conforme indicou Orlandi (1984, p. 22), dizer “é estabelecer este e não aquele sentido, através desse e não de outro enunciado, para este e não para aquele interlocutor, etc., no interior de relações que são sócio-históricas”.

Mesmo na notícia, nem sempre a opinião aparece explicitamente, sendo possível haver a fusão dos dois gêneros em uma só manifestação discursiva. Nesta simbiose, o sujeito leitor/ouvinte/telespectador não identifica com facilidade até que ponto recebe conteúdo informativo, opinativo ou de ambos os tipos. Assim, a construção de dispositivos teórico-metodológicos é parte inerente da função do analista, a partir da materialidade analisada (ORLANDI, 2017).

2. Subjetividade jornalística sobre “reorganização” escolar

Para compreender o processo simbiótico entre informação e opinião nas materialidades discursivas jornalísticas, indica-se, neste estudo, duas

seqüências para análise a partir do recorte de falas de âncoras sobre os protestos estudantis contra o processo de reorganização das escolas estaduais proposto pelo Governo Alckmin (PSDB-SP).

De acordo com a proposta do governo, as escolas paulistas seriam divididas em ciclos únicos, sendo os alunos separados por idade. Nessa reorganização, 754 escolas ofereceriam os anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), finais (6º ao 9º ano) ou Ensino Médio. Com isso, mais de 300 alunos seriam transferidos e 92 escolas fechadas.

A primeira seqüência reforça o protesto como algo decorrente de protestos anteriores, mas reafirma o movimento como gerador de “confusão”. Já na segunda seqüência, enfatiza-se que mesmo com a decisão do governo de suspender as mudanças, “as ocupações continuam”. A escolha do verbo continuar vincula de imediato a persistência à intolerância (ALUNOS..., 2016).

SD1: “Estudantes voltaram a protestar hoje de manhã contra a reorganização das escolas estaduais. O governo quer separar os alunos de acordo com a idade pra melhorar o ambiente nas escolas, a qualidade do ensino. Os estudantes são contra. Fecharam a Avenida Paulista, saíram em caminhada até a Secretaria de Educação, na Praça da Sé, e teve confusão (Âncora, SPTV, em 09/10/2015, grifos nossos).

SD2: Vamos falar agora da ocupação das escolas estaduais de São Paulo. Estudantes protestam contra a reorganização do ensino, que foi definida pelo Governo. Apesar de a reorganização ter sido suspensa, as ocupações continuam (Âncora, Globo News, em 08/12/15, grifos nossos).

A chamada da notícia na SD1 é feita pelo sujeito âncora de modo aparentemente objetivo, ela segue o padrão do lide e contém elementos como “o quê” (protesto contra a reorganização das escolas estaduais), “quem” (estudantes), “quando” (hoje pela manhã), “onde” (Avenida Paulista em direção a Praça da Sé), “como” (fechamento da avenida e caminhada) e por quê (estudantes são contra).

A utilização dessa estrutura cria o efeito discursivo de que se trata de um relato informativo, e como tal, isento de subjetividade. No entanto, as marcas linguísticas do texto jornalístico funcionam como base

para o funcionamento dos discursos reproduzidos. Em “Estudantes **voltaram** a protestar”, o verbo destacado no pretérito indica, via pressuposto, que os estudantes retomam uma ação, no caso específico, a prática do protesto.

Ao afirmar que “voltaram”, o enunciado produz um efeito de sentido de incômodo pela ação ter voltado a se repetir e por não ter sido noticiado anteriormente. Essa injunção de sentido será confirmada no prolongamento da sequência discursiva, quando o sujeito enunciator assume a posição do Estado ao explicar o motivo da reorganização escolar, adjetivando que a proposta teria como fim “**melhorar o ambiente nas escolas, a qualidade do ensino**”.

Do lugar do enunciator, os questionamentos que podem ser feitos a partir da motivação apresentada para a reorganização escolar são múltiplos: por que protestar se as mudanças propostas pelo Governo são boas para a escola e os alunos? Se o processo de reorganização foi suspenso, por que as ocupações continuam? “Protesto” e “Ocupação” em ambas as sequências discursivas não adquirem o sentido de resistência, esses termos aparecem como reivindicação de um grupo via tomada/obstrução de um espaço público, portanto inverte o sentido de uma luta coletiva para uma insistência de um pequeno grupo insatisfeito.

Na chamada jornalística, o sujeito âncora não recorre à voz de alguma autoridade sobre o assunto, ele mesmo opina e indica uma tomada de posição que se move da notícia ao comentário ao sustentar uma voz que não é a da sociedade, mas a do Estado. Assim, o dizer do sujeito do jornalismo é parafrástico em relação ao argumento apresentado pelo Governo de São Paulo: o de que as mudanças visam à melhoria do ensino, reforçando assim o discurso governista e sem dar pluralidade ao fato noticioso.

Esse dito “[...] tem relação com o lugar, isto é, com as condições de produção de seu discurso, com a dinâmica de interação que se estabelece, com outros discursos já produzidos ou que poderiam ser produzidos” (ORLANDI, 1984, p. 12). Quando na SD1, o sujeito afirma enfaticamente¹: “**Os estudantes são contra**”, reforça-se a opinião que não dá sustentação ao pleito da comunidade estudantil. Pela construção

¹ No vídeo há entonação diferenciada na afirmação de que os estudantes são contra.

do texto, o período é anafórico, pode-se ler que os estudantes são contrários à “separação dos alunos por idade para a melhoria do ambiente nas escolas, da qualidade do ensino”, já que é esta a definição de reorganização apresentada na chamada da matéria.

Pelas condições de produção desse discurso, observa-se que os estudantes são contra o processo de reorganização das escolas estaduais, no entanto os sentidos de “reorganização” oriundos da formação discursiva dos estudantes diferem da argumentação apresentada pelo governo e ratificada pela mídia. O discurso jornalístico silencia sobre os sentidos de “reorganização” que levaram os estudantes ao protesto, colocando-os como indesejáveis.

Na teoria, não cabe ao comentarista assumir a função de “jugador partidário, alguém que faz proselitismo ou doutrinação. É um analista que aprecia os fatos, estabelece conexões, sugere desdobramentos”, sendo alguém que deveria tentar manter o distanciamento das ocorrências (MARQUES DE MELO, 1985, p. 112). Embora não exerçam a função de comentaristas, os sujeitos âncoras convocam e apresentam a notícia, posicionando-se sobre os fatos. Ainda que o jornalismo aparente autonomia e sustente, com insistência, a meta de informar isentadamente o cidadão, sua lógica interna mantém “conflito com a lógica de mercado” e, portanto, com o restrito elenco de vozes autorizadas a opinar sobre os assuntos em pauta (GAIA, 2011, p. 49).

Um dos comentários aborda a definição de reorganização escolar como equivalente a um processo que visa melhorar a situação das escolas paulistas. O estranhamento dessa afirmação está em criar a ideia de imaginar-se possível que os estudantes fossem contra isso, como se houvesse apenas um sentido de reorganização. Ao final da matéria da qual foi recortada a chamada de SD1, o sujeito âncora retoma a fala com uma errata e corrige a afirmação de que a Secretaria de Educação fica na Praça da República e não na Praça da Sé. Esse deslizamento é significativo, quando consideramos que na memória discursiva paulistana, a Sé se relaciona aos grandes comícios realizados entre 1983-1984 pelas eleições diretas no Brasil pós-Golpe Militar de 1964.

O silenciamento a partir do equívoco da troca de nomes da praça gera novo estranhamento, pois o sentido republicano esquecido retoma a memória da origem latina da palavra que traduz coisa pública (*res pu-*

blica) como algo valorativo, já que se contrapõe aos regimes totalitários e, portanto, envolve representação.

A notícia opinativa informa que houve prisões e solturas durante o “tumulto”, mas não há qualquer comentário que tangencie a formação discursiva dos estudantes, cujo entendimento de “reorganização” resume-se aos sentidos de ingerência governamental, fechamento de escolas, corte de verbas, retirada de disciplinas, demissão de professores, salas lotadas e aumento da evasão escolar, dentre outros. Nesse sentido, convém destacar, a partir de Magalhães (2015, p. 79) que “a ideologia dominante precisa, o tempo todo, forjar novas formas de discurso, na tentativa de busca do consenso generalizado em torno de uma interpretação do papel do Estado como democrático e neutro, e da natureza humana como egoísta”.

Outro aspecto relevante para este argumento, destacado por Moraes (2015) está no fato de os espaços midiáticos estarem distantes dos interesses coletivos, o que contribui para gerar um simulacro que reverbera inverdades e silencia sobre as contradições e desigualdades. Dessa forma, as redes sociais e mídias alternativas como grafites, cartazes, murais e outras formas comunitárias e acessíveis de informação, configuram alternativas de resistência que são favorecidas a partir do acesso a plataformas que resultam em partilha instantânea como celulares e tablets. Esse novo sujeito opinador social pode ter uma assinatura coletiva e gera novas significações acerca dos processos informativos, o que resulta em maior complexidade ao conceito de mídia na contemporaneidade.

Sabe-se que os processos de elaboração discursiva acerca da notícia nem sempre são produzidos por sujeitos que integraram a etapa de coleta ou produção dos informes, e isso se verifica em exemplos simples, como os relatos feitos sobre notícias que não foram assistidas ou lidas pelos amigos, ampliando a mensagem, de forma crítica ou em consonância, em interações face a face (THOMPSON, 1998). Nesse sentido, os espaços de ocupação por si só se configuram como ambientes propícios a reflexões acerca dos eventos e seus silenciamentos, bem como à importância de posicionamentos em mídias alternativas, sendo tarefa do analista “buscar o caráter material dos sentidos”, indo além do que a notícia aparenta (PIMENTEL, 2015, p. 25).

Considerações finais

A imprensa brasileira vive, neste século XXI, uma crise de identidade que termina por comprometer, em diversos ambientes midiáticos anteriormente responsáveis por checar informações e apresentar ideias contrárias e plurais, o jornalismo em sua essência possível. Verifica-se, na rapidez acelerada dos processos de informação, limites que impossibilitam ao campo jornalístico apresentar o fato com seus conteúdos elementares, capazes de garantir ao receptor a capacidade crítica de formar uma opinião sobre a questão.

Alguns analistas contemporâneos atribuem aos jovens do século XXI a capacidade de transformar questões aparentemente solucionadas por parte de um Estado e de mídias cada vez mais embrutecidos em suas possibilidades de diálogo. Essa mudança é possível a partir de movimentos ampliados que ocupem espaços públicos, redes sociais e que convoquem um debate, de fato, público, independente dos “especialistas” com espaço garantido em ambientes midiáticos.

A multiplicidade de sentidos é inerente em qualquer tipo de discurso, já que inevitavelmente desdobra sentidos múltiplos, no entanto o objetivo de uma comunicação efetiva é garantir a prevalência da sinceridade. Sujeitos e sentidos, vale o registro, não coincidem entre si porque “se movem, se deslocam, fogem...” (ORLANDI, 2017, p. 109). As palavras, por si só, são ausentes de sentido. As interpretações possíveis exigem considerar como e quando foram ditas, inseri-las no seu contexto de produção, pois nesse espaço preciso é possível capturar “as opiniões e as estratégias daquele que as emite” (CHARADEAU, 2016, p. 21).

A mídia, a depender da teoria, pode ser considerada agendamento, espelho, manipulação, sedução, Quarto Poder ou Midiocracia, indústria cultural que reverbera as opiniões dominantes, etc. Independentemente dos teóricos, os estudos sobre mídias indicam que as plataformas tradicionais restringem a comunicação dialógica, ainda que veicule troca de sentidos. O ciberespaço parece ter se configurado como um espaço possível de diálogo qualitativo e ampliação da dissonância de vozes, mas também no seu interior há inconsistências e dinâmicas complexas, o que requer contínua atenção em análises.

O jornalismo, por ser espaço de informação pública, deve manter critérios de noticiabilidade que atendam ao coletivo, se deseja garantir o

respeito por parte da audiência. Os movimentos de ocupação devem também ter um direcionamento firme, sob pena de se perderem na ausência de lideranças que estão distantes de entender as militâncias sociais como um “trabalho duro e paciente”, pois se o mundo precisa de mudanças, é necessário pensar e indicar alternativas (ZIZEK, 2012, p. 16).

O capitalismo vive uma crise que reverbera em todos os aspectos da vida, mas é fundamental criticá-lo com base em argumentos que traduzam respostas urgentes para a época presente. Zizek (2012, p. 16) aponta algumas perguntas relevantes: “Que organização social pode substituir o capitalismo atual? De que tipo de novos líderes precisamos?” Saber o que se quer e qual ação será adotada em tempos difíceis, mais do que metas, devem ser urgências.

Nesse sentido, nenhum movimento Ocupe (*Ocuppy*) respondeu, até o momento, o que de fato deve passar a ocupar a agenda da mídia e da sociedade. Considerando a velocidade da elaboração de narrativas com sentidos muitas vezes contraditórios e inconsistentes, o desafio dos analistas do discurso persiste: indicar pistas, avaliar silêncios, verificar posicionamentos políticos nas aparentes máscaras de neutralidade que integram as narrativas contemporâneas da cultura capitalista.

Fontes

- Alunos permanecem em escolas estaduais de São Paulo em protesto contra reorganização. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/v/alunos-permanecem-em-escolas-estaduais-de-sao-paulo-em-protesto-contr-reorganizacao/4660866/>. Acesso em 26 fev. 2016.
- Estudantes bloqueiam faixas da Av. Paulista em protesto contra reforma. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/estudantes-bloqueiam-faixas-da-av-paulista-em-protesto-contr-reforma.html>. Acesso em 26 fev. 2016.
- MACIEL, C. Estudantes ocupam mais de 100 escolas paulistas em protesto contra reforma. In: *UOL Educação*. [Fonte: Agência Brasil]. 23.nov.2015. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/11/23/estudantes-ocupam-mais-de-100-escolas-paulistas-em-protesto-contr-reforma.htm>. Acesso em: 27.fev.2016.
- PONTES, F. STF suspende lei que instituiu o programa Escola Livre em Alagoas. In: *Agência Brasil*, 22.mar.2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-03/stf-suspende-lei-que-instituiu-o-programa-escola-livre-em-alagoas>. Acesso em 20.ago.2017.

Referências

- AMARAL, L. *Jornalismo: matéria de primeira página*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- BACCEGA, M. A. A construção do “real” e do “ficcional”. In: FIGARO, R. (Org.). *Comunicação e Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 119-139.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BELTRÃO, L. *Teoria e prática do jornalismo*. Adamantina: FAI/Cátedra Unesco Metodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional/Ed. Omnia, 2006.
- BOBBIO, N. et al. Verbete Opinião Pública. In: BOBBIO, N. et al. *Dicionário de Política*, vol 2 (L-Z). 5. ed. Brasília: Ed. da UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 842-845.
- BOURDIEU, P. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- _____. A opinião pública não existe. In: BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 173-182.
- CARNEIRO, H. S. Rebeliões e Ocupações de 2011. In: HARVEY, D. et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. p. 7-14.
- CHARADEAU, P. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto, 2016.
- ERBOLATO, M. *Técnicas de codificação em jornalismo*. São Paulo: Ática, 2006.
- FIORIN, J. L. Organização linguística do discurso: Enunciação e comunicação. In: FIGARO, R. (Org.). *Comunicação e Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 45-78.
- GAIA, R. V. *A política na mídia e a mídia política*. Maceió: Edufal, 2011.
- GREGOLIN, M. do R. V. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: GREGOLIN, M. do R. V.; BARONAS, R. *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 47-58.
- HENRY, P. A história não existe? In: ORLANDI, E. (Org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.
- KRIEG-PLANQUE, A. *A noção de “fórmula” em Análise do Discurso: Quadro teórico e metodológico*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- MAGALHÃES, B. Discurso, Opressão/Resistência. In: SOARES, A.S.F et al. (Org.). *Discurso, Discurso, Resistência e...* Cascavel: EDUNIOESTE, 2015. p. 73-86.
- MARQUES DE MELO, J. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MORAES, D. Máquinas discursivas midiáticas e resistências possíveis. In: SOARES, A.S.F et al. (Org.). *Discurso, Discurso, Resistência e...* Cascavel: EDUNIOESTE, 2015. p. 87-93.
- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- MUSSALIM, F. Análise do Discurso. In: BENTES, A.C.; MUSSALIM, F. (Org.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. v.2. São Paulo: Cortez, 2006.
- OLIVEIRA, R. P. de. Semântica. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. v. 2. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 23-54.

- ORLANDI, E.P. Segmentar ou recortar. *Linguística: questões e controvérsias*. Uberaba, p. 9-26, 1984. (Série Estudos, 10).
- _____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1996.
- _____. *Eu, Tu, Ele – Discurso e real da história*. Campinas: Pontes, 2017.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi et al. Campinas: Ed.UNICAMP, 2007.
- PIMENTEL, M. *Política e mídia em discurso: análise de manchetes de jornal da Assembleia Legislativa de Alagoas*. Maceió: Edufal, 2015.
- SILVA, S. D. Discurso, resistência e escrita: por uma análise discursiva dos espaços para os sujeitos na mídia. In: SOARES, A.S.F et al. (Org.). *Discurso, Discurso, Resistência e...* Cascavel: EDUNIOESTE, 2015. p. 207-227.
- THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- VANOYNE, F. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ZIZEK, S. O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY, D. et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. p. 15-25.